



Política Anticorrupção



SUMÁRIO

1. OBJETIVO	2
2. ABRANGÊNCIA	2
3. DEFINIÇÕES	2
4. PARÂMETROS.....	2
5. CANAL DE DENÚNCIAS.....	3
6. AUTORIZAÇÕES.....	3
7. RESPONSABILIDADES.....	4



1. OBJETIVO

1.1 Esta Política Anticorrupção (“Política”) estabelece diretrizes e preceitos que devem ser observados pelos Colaboradores da Nikos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA. (“Nikos”) frente a situações que possam ensejar ou ser consideradas práticas de Corrupção, conforme a Lei anticorrupção nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.2 Esta Política deverá ser lida e interpretada conjunta com os Princípios Éticos, Regras de Conduta e Atuação dos Colaboradores da Nikos.

2. ABRANGÊNCIA

2.1 As normas e os procedimentos previstos nesta Política devem ser cumpridos por todos os colaboradores e prepostos vinculados a Nikos.

3. DEFINIÇÕES

▪ **Área de Compliance:** Área responsável pela supervisão e *enforcement* do cumprimento das obrigações regulatórias e autorregulatórias aplicáveis à Nikos, assim como pela elaboração, supervisão e *enforcement* das políticas internas por ela implementadas.

▪ **Colaborador:** Administradores, funcionários, prestadores de serviços, parceiros, representantes e estagiários da Nikos.

▪ **Corrupção:** Ação que objetiva corromper algo ou alguém, seja agente público ou não, de modo a obter vantagem ilícitamente para si ou para terceiro, conforme disposto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4. PARÂMETROS

4.1 É vedado aos Colaboradores da Nikos:

- a) Sugerir, oferecer, prometer ou conceder, direta ou indiretamente, mediante exigência ou não, vantagens indevidas de qualquer natureza (financeiras ou não) a pessoas e empresas dos setores público e privado em troca da realização ou omissão de atos inerentes às suas atribuições, ou para facilitação de negócios, operações ou atividades para a Nikos, ou, ainda, visando a benefícios para si ou para terceiros.
- b) Sugerir, solicitar, exigir, aceitar ou receber, direta ou indiretamente, vantagens indevidas de qualquer natureza (financeiras ou não) em troca da realização ou omissão de atos inerentes às suas atribuições ou para facilitação de negócios, operações ou atividades para a Nikos, ou, ainda, visando a benefícios para si ou para terceiros.

4.2 São exemplos de práticas de Corrupção:



- a) Receber, prometer, oferecer, realizar ou autorizar qualquer vantagem ou benefício indevido a alguém, tais como valores, presentes ou contraprestações, de modo a influenciar ou gratificar qualquer ação de tal pessoa em benefício próprio ou da Nikos, direta ou indiretamente;
- b) Oferecer ou autorizar a oferta ou sugestão de suborno, de modo a induzir uma pessoa, seja agente público ou não, à prática de determinado ato, oferecendo dinheiro ou outros benefícios, em proveito próprio ou da Nikos;
- c) Solicitar ou aceitar vantagem indevida para influenciar uma decisão;
- d) Oferecer ou aceitar valores ou benefícios relativos a terceiros de modo a obter ou oferecer acesso à informação confidencial;
- e) Desviar, autorizar ou permitir que se desvie recursos provenientes da Nikos para finalidade diversa da originalmente prevista, de modo a obter vantagem ou benefício próprio ou para terceiro;
- f) Realizar qualquer ato lesivo à administração pública, conforme legislação específica; e
- g) Aproveitar-se de terceiro para a realização de prática de Corrupção.

5. CANAL DE DENÚNCIAS

5.1 O Canal de Denúncias é o meio pelo qual são encaminhadas via internet, por Colaboradores ou terceiros, informações relativas a práticas que possam ser consideradas antiéticas ou de maior gravidade, no âmbito da Nikos. O Canal de Denúncias é disponibilizado no site da Nikos (www.nikos.com.br).

5.2 Os fatos serão encaminhados para análise e apuração da Área de Compliance e tratados de forma segregada e confidencial. A Área de Compliance deverá elaborar relatório e apresentar o seu parecer para a diretoria executiva adotar as medidas aplicáveis.

6. AUTORIZAÇÕES

6.1 As situações abaixo devem ser autorizadas previamente pela Área de Compliance:

- a) Comissões: a pertinência do serviço prestado e a proporcionalidade da comissão deve ser avaliada em relação à atividade exercida;
- b) Doações: todas as informações e documentos relativos a qualquer doação realizada pela Nikos devem ser registrados e arquivados por, no mínimo, 5 (cinco) anos, devendo ser avaliada a pertinência e a licitude da doação, além de ocorrer somente em situações excepcionais;



- c) Ofertas de empregos: a contratação de gestores que tenham vínculo ou grau de parentesco até o 2º grau com servidores públicos que possam ter alguma interação com a Nikos deve ser evitada e ocorrer somente em situações excepcionais e justificadas;
- d) Brindes: são aceitáveis brindes em situações excepcionais, em conformidade com parâmetros de preço relativos a utensílios oferecidos esporadicamente e de forma ampla aos Colaboradores da Nikos; e
- e) Reuniões com a administração pública: devem ocorrer com a presença de, no mínimo, um colaborador com nível de gerência e estar previsto na agenda de todas as áreas da Nikos que tenham participantes.

7. RESPONSABILIDADES

7.1 Compete à Área de Compliance:

- a) Disseminar o conteúdo dessa Política para todos os Colaboradores;
- b) Supervisionar a atuação dos Colaboradores;
- c) Elaborar e estabelecer cláusulas-padrão anticorrupção nos seus contratos com parceiros, terceiros e prestadores de serviço;
- d) Analisar e tratar as situações reportadas no Canal de Denúncias, elaborando relatório com o respectivo parecer a ser apresentado para a Diretoria Executiva; e
- e) Após a devida apuração, comunicar à Diretoria Executiva sobre as situações identificadas que violem os termos dessa Política.

7.2 Compete à Diretoria Executiva:

- a) Disponibilizar aos Colaboradores treinamentos e palestras que promovam a conscientização sobre a legislação anticorrupção;
- b) Apreçar parecer elaborado pela Área de Compliance relacionado às denúncias recepcionadas no Canal de Denúncias devendo deliberar qual medida será adotada para tratamento da referida denúncia;
- c) Deliberar sobre situações que violem os termos dessa Política; e
- d) Aprovar e revisar essa Política e suas alterações.

8. REVISÃO



8.1 Esta Política deve ser revisado anualmente, ou extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que mudanças legais, regulamentares ou corporativas demandem alterações.

9. VIGÊNCIA

9.1 Esta Política entra em vigor na data de sua aprovação pela Diretoria da Nikos.

10. CONTROLE DE VERSÃO

Versão	Data	Versão revogada
1.0	02/05/2024	Não se aplica
1.1	01/10/2024	1.0